

DISCUSSÕES E SOLUÇÕES PROPOSTAS AO PROBLEMA DO DESEMPREGO: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO JACQUES DELORS

Jessica Martins Marques Luiz¹Ana Claudia Rodrigues Russi²

Resumo: O presente estudo tem por objetivo geral analisar a discussão e a solução proposta para o problema do desemprego apresentada no Relatório Jacques Delors publicado no Brasil em 1998. Para atender a tal objetivo, nos fundamentamos na perspectiva materialista histórica buscando compreender, mesmo que brevemente, como se estrutura o modo de produção e reprodução da vida no sistema capitalista. Portanto, as discussões são apresentadas em três itens; inicialmente, apresentamos a discussão presente no Relatório Delors sobre educação e desemprego; em seguida, expusemos as principais características do modo de produção capitalista e como o problema do desemprego se desenvolve nesta sociedade; e, por fim, realizamos uma discussão acerca das possibilidades e limites da proposta do Relatório Delors para a solução do desemprego. Concluímos que existem limitações na compreensão do Relatório Delors sobre a questão do desemprego e da qualificação profissional e que é preciso discutir estas questões a partir de sua determinação econômica para evitar uma culpabilização indevida sob os trabalhadores.

Palavras-chave: Relatório Delors; Desemprego; Modo de produção Capitalista.

Abstract: This study has the objective to analyze the discussion and proposed solution to the problem of unemployment presented in the Jacques Delors Report published in Brazil in 1998. To meet this goal, we base on the historical materialist

¹ Estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de Políticas e Gestão em Educação. Formada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2014.

² Estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de Políticas e Gestão em Educação. Formada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2014. Foi participante do PET/DEF (Programa de Educação Tutorial da Educação Física) e também do PIBID (Programa de Bolsas de Iniciação a Docência). Atualmente participa do Projeto de Ensino "Educação Física, Educação e Marxismo" (EFEMARX) e também do Projeto de Extensão "Educação e Educação Física: Aproximações de Análise à Luz da Crítica marxiana da Economia Política".

perspective in order to understand, even briefly as if the structure mode of production and reproduction of life in the capitalist system. Therefore, discussions are presented in three items; initially we present this discussion in the Delors report on education and unemployment; then we exposed the main features of the capitalist mode of production and how the unemployment problem develops in this society; and finally, we held a discussion on the possibilities and limits of the proposal of the Delors Report for unemployment solution. We conclude that there are limitations in understanding the Delors Report on the issue of unemployment and professional qualification and that we must discuss these issues from its economic determination to avoid undue blame on the workers.

Keywords: Delors Report; Unemployment; Capitalist mode

Introdução

A questão do desemprego é um problema que afeta, de maneiras diferentes, todos os países do mundo e o seu controle é uma preocupação dos líderes políticos. Dessa forma, diversos documentos de política educacional têm discutido essa problemática, propondo algumas soluções para ela.

Dentre esses documentos destacamos o Relatório Jacques Delors, intitulado formalmente de “Educação, um Tesouro a Descobrir”, construído pela Comissão Internacional sobre Educação Para o século XXI a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), composta por 15 membros e presidida por Jacques Delors³. Atualmente é influente para a educação mundial⁴.

O Relatório Delors apresenta vários dados e informações sobre a realidade. Foi publicado e disseminado em vários países (principalmente naqueles que compartilham da agenda internacional da UNESCO) e exerceu influências sobre suas políticas educacionais. O Brasil também adotou e ainda adota as orientações expressas neste documento. Neste sentido, constatamos a importância de compreender e discutir este relatório. Devido aos limites deste estudo, delimitamos a abordagem de apenas uma das questões do Relatório: o problema do desemprego e sua

relação com a educação.

Assim, nosso objetivo principal é analisar a discussão e a solução proposta para o problema do desemprego apresentada no Relatório Delors. Para atender tal objetivo realizamos discussões apresentadas em três itens. A) apresentamos a discussão presente no Relatório Delors sobre a relação entre educação e desemprego. B) expusemos as principais características do modo de produção capitalista e como o problema do desemprego se desenvolve nesta sociedade. C) realizamos uma discussão acerca das possibilidades e limites da proposta do Relatório Delors para a solução do desemprego.

Contextualização Histórica

O período de construção deste relatório foi marcado por grandes transformações mundiais de caráter político e econômico. Em meio a essas mudanças, surge o pensamento neoliberal ortodoxo, que ganha força na segunda metade do século XX e, posteriormente, sofre uma reformulação ou redefinição criando-se o neoliberalismo de Terceira Via implementado entre o final do século XX e início do século XXI. Carvalho e Faustino (2014, p. 38) fazem alguns destaques sobre esses acontecimentos:

Nas três últimas décadas, o capitalismo mundial entrou em um novo período de crise, identificada, sobretudo, com o esgotamento do modelo de acumulação taylorista/fordista e da administração keynesiana, bem como com o do Estado de bem-estar social⁶. A nova crise marcou o fim da era de ouro do capital⁷ e o declínio do chamado socialismo real, criando condições para que o projeto do neoliberalismo se afirmasse como dominante (grifos do autor).

Segundo Martins (2007) o neoliberalismo é um projeto político e econômico, que tem como seu principal formulador e articulador Friedrich Hayek. As ideias desenvolvidas por Hayek tinham como objetivo a crítica ao keynesianismo (Estado paternalista), ao Estado de Bem-Estar Social e a qualquer tipo de planificação econômica e intervenção estatal nas questões refe-

³ Jacques Lucien Jean Delors nasceu em 1925, é de nacionalidade francesa, foi professor universitário e é estudioso das áreas de economia e política. Dentre os anos de 1992 e 1996 presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI e foi o mentor principal na construção deste documento.

⁴ Isso porque aqueles que estão desempregados apresentam um risco à harmonia social, uma vez que, suas necessidades não são atendidas, podem reivindicar dos governantes seus direitos mais básicos de moradia, transporte, alimentação, edu-

rentes ao mercado.

De acordo com Carvalho e Faustino (2014, p. 38), o resultado da implantação desse projeto foi “[...] a destruição dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em suas lutas e o aprofundamento das injustiças sociais, já que o Estado foi deixando segmentos crescentes da população expostos ao empobrecimento”.

Basicamente, o objetivo desse projeto político é criar um Estado mínimo às necessidades da população (áreas sociais: saúde, educação, transporte, previdência, etc.) e um Estado máximo para a contribuição do aumento das taxas de crescimento e lucro das empresas e grupos capitalistas. Sobre isso Neves (2011, pg. 237), afirma:

Nos anos iniciais do capitalismo neoliberal, as medidas tomadas pelos governos nacionais, denominadas de Consenso de Washington, reduziram a intervenção direta do Estado na economia⁸ e nas áreas sociais. Essas medidas trouxeram como consequência imediata o aumento da pobreza em nível mundial. Mercado com justiça social foi a solução encontrada pelos governos capitalistas para a correção de rumos do projeto político neoliberal para o século XXI. Nem social-democracia clássica, nem “fundamentalismo de mercado”, mas uma Terceira Via. Neste refinamento [...] são mantidos os fundamentos do capitalismo neoliberal, acrescidos de medidas paliativas para minorar as condições miseráveis de vida de grande parte da população mundial e, ao mesmo tempo, garantir a “paz social”.

⁵ É preciso acentuar que, entre o neoliberalismo ortodoxo e o neoliberalismo de Terceira Via, os princípios e conteúdos foram mantidos, suas reformulações ocorreram em nível estratégico.

⁶ Existem muitas ressalvas que precisam ser consideradas sobre o Estado de bem-estar social, mas não será possível aprofundarmos na temática. Para maiores esclarecimentos ler: “Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas” de Sergio Lessa 2013.

⁷ Esta sociedade baseia-se em um processo de produção e reprodução de valor, marcado por períodos inevitáveis de crise. Sempre que o processo de reprodução atinge seu auge vem na sua sequência um processo de depressão, seguido de crise e depois de reconstrução. Esse ciclo acontece de maneiras e períodos diferentes nas economias do mundo. Por isso, sua compreensão não é tarefa fácil. Para maiores esclarecimentos ler: “O Capital: crítica de economia política”, de Karl Marx. O fim da era de ouro do capital mencionado acima caracteriza-se como o início de um declínio e de posterior crise econômica.

De acordo com o Delors (1998) seu objetivo principal é contribuir para uma revisão crítica da política educacional mundial, pois, segundo ele, o mundo está passando por um momento de muitas mudanças, de incertezas e de apreensões, devido à globalização. Assim, a educação deve adequar suas atividades a essas novas exigências.

Neste ponto é preciso enfatizar que, quando se fala em globalização, deve-se entendê-la como momento em que o capitalismo ganha força e predomina em todo o globo. Como consequência disso, ocorrem modificações em todas as outras práxis e instituições sociais, como a política e a educação.

Dessa forma, pretendemos destacar que o Relatório Delors reflete e expressa as mudanças políticas e econômicas mundiais e, além disso, busca contribuir com esse processo no que tange, prioritariamente, ao atendimento das necessidades de conservação e manutenção do capitalismo. Desse modo, apresentaremos no item a seguir a discussão realizada pelo Relatório Delors sobre educação e desemprego.

A relação entre educação e a taxa de desemprego no Relatório Delors

Inicialmente verificamos que o documento apresenta dado como taxas de desemprego, pobreza e desigualdade social. Além disso, ao identificar estes problemas a propõem-se algumas soluções executáveis por meio da educação que é tida como o principal instrumento estratégico. Ainda, afirma-se que a ela deve estar em consonância com as mudanças sociais, especialmente, com o desenvolvimento técnico-científico.

Dentre os problemas sociais apresentados pelo Relatório Delors está o desemprego, denominado como o desencadeador da maior parte dos problemas sociais, tendo em vista que uma pessoa sem emprego não pode satisfazer suas necessidades mais básicas e, assim, entra para as estatísticas de pobreza, fome,

⁸É preciso ressaltar que essa redução da intervenção direta na Economia significa que o Estado facilitará (por meio de isenção de impostos, de eliminação de entraves políticos, de desregulamentação, privatização, etc.) e contribuirá de todas as formas possíveis para a reprodução cada vez maior e acelerada do capital. O Estado nunca deixa de intervir na economia. Para maiores esclarecimentos ler: "Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano" de Karl Marx.

miséria, e afins.

Além disso, o relatório apresenta as principais causas do desemprego, que para ele, está relacionada ao indivíduo trabalhador. Também, discute-se o papel dos países na solução ou agravamento deste problema. Porém, não é mencionada em momento algum sua raiz sistêmica: a própria lógica do modo de produção capitalista.

Deste modo, transmite-se a falsa ideia de que esse e outros problemas da ordem capitalista podem ser solucionados com medidas formais, paliativas ou reformistas. Com isso, assegura-se a continuidade dessa ordem social e com ela os problemas sociais apresentados pelo relatório, que assim, nunca poderão ser solucionados completamente.

Apresentamos a seguir alguns excertos do documento que exemplificam claramente as afirmações acima. A seguir o Relatório Delors apresenta dados relacionados à pobreza e ao desemprego, deixando explícitos os problemas sociais:

[...] A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social realizada em Copenhague de 6 a 12 de março de 1995 traçou um quadro alarmante da situação social atual, recordando em particular que “no mundo, mais de um bilhão de seres humanos vivem numa pobreza abjeta, passando a maior parte deles fome todos os dias”, e que “mais de 120 milhões de pessoas no mundo estão oficialmente no desemprego e muitas mais ainda no subemprego” (DELORS, 1998, p. 52, grifo nosso).

Observa-se que esses dados preocupam, em certa medida, a comissão. No entanto, a real apreensão da comissão é com a coesão social⁹ que pode ser abalada pelo desemprego, pobreza ou fome. Assim, problemas que geram insatisfação, incomodam e revoltam as classes subalternas impõem riscos à manutenção da ordem social. A seguir Delors (1998, p. 80) ressalta esta questão apontando o problema do desemprego como uma ameaça à sociedade:

[...] que nas sociedades industriais, alicerçadas no valor integrador do trabalho, este problema constitui já uma fonte de desigualdade: uns têm trabalho, outros são dele excluídos e ficam dependentes da assistência, ou são abandonadas à própria sorte. Na falta de um novo modelo de estruturação da vida humana estas sociedades estão em crise: para elas o trabalho torna-se um bem

raro que os países disputam recorrendo a toda a espécie de protecionismos e de “dumping” social. O problema do desemprego ameaça também, profundamente, a estabilidade dos países em desenvolvimento. O perigo está em toda a parte: muitos jovens desempregados, entregues a si mesmos nos grandes centros urbanos, correm todos os perigos relacionados com a exclusão social. Esta evolução traz grandes custos sociais e, levada ao extremo, constitui uma ameaça para a solidariedade nacional (grifo nosso).

Em outro momento, o relatório aponta que o aumento do desemprego é gerado pelo avanço do progresso tecnológico, no entanto, há algumas ponderações que precisam ser feitas em relação a isso. O problema de fato não é o avanço tecnológico e sim o modo como esse avanço é apropriado e utilizado nessa ordem social.

Nesta sociedade, de acordo com a análise de Marx (1983; 1988), esse avanço é condição para o aumento da produtividade do trabalho e consequente autovalorização do capital. O objetivo principal desse avanço no capitalismo é a extração cada vez maior de mais-valia e consequentemente o aumento dos lucros. Além disso, o avanço tecnológico e científico gera a mudança da composição orgânica do capital¹⁰ (capital variável e capital constante), ou seja, a diminuição do capital constante em relação ao capital variável (gerando aumento do desemprego). A seguir, observamos essa questão:

Por outro lado, o rápido aumento do desemprego nos últimos anos em muitos países constitui, em muitos aspectos, um fenômeno estrutural ligado ao progresso tecnológico. Ao substituir sistematicamente a mão-de-obra por um capital técnico inovador que aumenta constantemente a produtividade do trabalho, se está contribuindo para o subemprego de parte dessa mão-de-obra (DELORS, 1998, p. 79, grifo nosso).

No entanto, por outro lado, Delors (1998) afirma que o de-

⁹Obter uma coesão social significa manter as forças opostas e conflitantes da sociedade (classes sociais) sob controle, ou seja, manter a submissão das classes subalternas/dominadas (trabalhadores) às classes dominantes (capitalistas).

¹⁰A composição orgânica do capital é formada pelo capital variável (força de trabalho) e capital constante (máquinas, ferramentas, instalações, etc.). Ver: “O Capital: crítica da economia política” de Karl Marx.

envolvimento tecnológico e científico pode também contribuir para evitar o aumento do desemprego e o agravamento de outros problemas associados a ele, como a exclusão e a desigualdade social. Porém, os trabalhadores devem estar preparados para lidar com esses avanços para que possam contribuir efetivamente com a solução desses problemas.

[...] Com os progressos atuais e previsíveis da ciência e da técnica, e a importância crescente do cognitivo e do imaterial na produção de bens e serviços, todos devemos convencer-nos das vantagens de repensar o lugar ocupado pelo trabalho e seus diferentes estatutos, na sociedade de amanhã. Exatamente para poder criar esta nova sociedade, a imaginação humana deve ser capaz de se adiantar aos avanços tecnológicos, se quisermos evitar o aumento do desemprego, a exclusão social ou as desigualdades de desenvolvimento (DELORS, 1998, p. 18, grifo nosso).

Com isso, identificando a necessidade de preparar o indivíduo para uma nova realidade de avanços científicos e tecnológicos. Para solucionar o problema do desemprego e os demais impasses sociais, o relatório lança uma nova proposta educacional: a educação permanente ou ao longo de toda a vida.

Ao afirmar que o avanço tecnológico tem gerado o aumento do desemprego eles apontam que isso acontece porque os indivíduos não estão preparados para esse fato. Sendo assim, segundo Delors (1998, p. 230-231) a grande chave para a solução desses problemas é o desenvolvimento econômico aliado à educação:

A experiência dos últimos decênios deste século prova que o único remédio para estes males é o desenvolvimento econômico, e é conhecido o papel fundamental que a educação desempenha neste domínio. Mas é sobretudo o problema das atitudes sociais perante a pobreza que é preocupante: em vez de compaixão e solidariedade observa-se, apenas, indiferença, medo e ódio (grifo nosso).

Segundo o relatório, através desse novo modo de pensar e construir a educação será possível educar e preparar as pessoas para sobreviver nesse contexto político, econômico e social que marcará o século XXI com mudanças rápidas, constantes e imprevisíveis principalmente no trabalho, fazendo com que seja necessária uma nova forma de educar os indivíduos. A esse respeito, Delors (1998, p. 231) afirma que:

[...] Para fazer face ao problema do desemprego é preciso repensar a concepção atual de educação, eliminar os contextos que afetam a escolaridade das crianças e ultrapassar os limites da escolaridade obrigatória, para prever, na perspectiva da educação ao longo de toda a vida, vários períodos de aprendizagem. O conceito de sociedade educativa devia levar, também, à redução da diferença entre trabalho qualificado e não qualificado que é, no mundo atual, uma das fontes fundamentais de desigualdade. A passagem de tecnologias que exigem grande quantidade de mão-de-obra para tecnologias que economizam trabalho humano conduz, inevitavelmente, a uma valorização da qualidade do trabalho e, portanto, da educação, mas oferece também a todos a possibilidade de consagrar mais tempo à aprendizagem. O problema do desemprego não ficará resolvido mas, pelo menos, não terá mais o caráter de ruptura dramática com uma sociedade baseada no trabalho (grifo nosso).

Nesse sentido, afirma-se que essa nova perspectiva de educação é um fator de aceleração do crescimento econômico. Pois, as rápidas transformações tecnológicas exigem que o trabalhador esteja constantemente apto a aprender e que seja flexível para atender as novas demandas que surgem constantemente. Com isso, o relatório ressalta que a formação dos indivíduos, cidadãos e trabalhadores no século XXI deverá basear-se nessa perspectiva de educação. Com isso, Delors (1998, p. 71) ressalta:

Pode-se, igualmente, situar nesta perspectiva o desenvolvimento que teve, nos últimos anos, a formação permanente concebida, antes de mais nada, como um acelerador do crescimento econômico. A rapidez das alterações tecnológicas fez, de fato, surgir em nível das empresas e dos países, a necessidade de flexibilidade qualitativa da mão-de-obra. Acompanhar e, até, antecipar-se às transformações tecnológicas que afetam permanentemente a natureza e a organização do trabalho, tornou-se primordial. Em todos os setores, mesmo na agricultura sente-se a necessidade de competências evolutivas articuladas com o saber e com o saber-fazer mais atualizado. Esta evolução irreversível não aceita as rotinas nem as qualificações obtidas por imitação ou repetição e verifica-se que se dá uma importância cada vez maior aos investimentos ditos imateriais, como a formação, à medida que a "revolução da inteligência" produz os seus efeitos. A formação permanente de mão-de-obra adquire, então, a dimensão de um investimento estratégico que implica a mobilização de vários tipos de atores [...] (grifo nosso).

Com isso, por um lado o relatório evidencia os problemas que o avanço tecnológico e científico no trabalho gera aos trabalhadores, mas, por outro, ressalta que este avanço também pode significar a solução destes problemas. No entanto, eles afirmam que a falta de preparo dos indivíduos não proporcionou a resolução do problema do desemprego. Neste sentido, eles defendem a ideia de que esse avanço deve ser potencializado e estar aliado à proposta de educação permanente, assim, o desemprego e os outros problemas sociais causados por ele podem ser solucionados.

Contudo, como observaremos no item a seguir intitulado “O Problema do Desemprego na Sociedade Capitalista” e no item subsequente intitulado “Dados sobre a taxa de desemprego e a qualificação profissional”, o problema do desemprego caracteriza-se como um problema de ordem estrutural do sistema capitalista. Sendo assim, as medidas propostas pelo relatório poderiam no máximo amenizar este problema por um período de tempo ou em determinadas circunstância favoráveis.

No item a seguir explicitaremos, baseando-nos principalmente em Marx (1983, 1988) e Netto e Braz (2006, 2011) as características e os determinantes do problema do desemprego na ordem social do capital.

O problema do desemprego na sociedade capitalista

Para compreender o problema do desemprego atualmente, como ele é gerado e quais suas possíveis soluções, é preciso compreender o atual funcionamento da economia, ou seja, o modo de produção capitalista. Isso se faz necessário, pois, o problema do desemprego é um problema estrutural, ou seja, é gerado pela própria sociedade capitalista. Logo, é um problema ineliminável dentro desta sociedade.

De acordo com Netto e Braz (2006) o modo de produção capitalista se originou na Europa com a supressão do modo de produção feudal. Consolidou-se na passagem do século XVIII ao XIX e no século XX e XXI se tornou dominante em todo mundo.

De modo geral, esta sociedade se baseia na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Ela é constituída por duas classes sociais fundamentais e outras intermediárias. Essas classes são caracterizadas pela posse ou não dos meios de produção. Os possuidores desses meios compõem

a classe dos capitalistas e a classe destituída desses meios caracteriza a classe trabalhadora. O trabalhador possuidor apenas de sua força de trabalho precisa vendê-la ao capitalista mediante um salário, para garantir sua sobrevivência (NETTO; BRAZ, 2006).

De acordo com Tonet (2005), nesta sociedade o capitalista contrata o trabalhador e paga-lhe um salário que representa a expressão monetária do valor da força de trabalho. Marx (1983) explica que nesta sociedade a força de trabalho, é uma mercadoria que é comprada e vendida pelo seu valor assim como as demais:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, reprodução, desse artigo específico. [...] Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (p. 141).

Sendo assim, as relações de produção capitalista são baseadas na lei do valor, essa sociedade é em sua essência uma produtora de valor. Todas as mercadorias, inclusive a mercadoria força de trabalho, devem ser trocadas pelo seu valor. Sobre isso, Netto e Braz (2006) afirmam que:

[...] o capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas – paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários à produção/reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo (p. 106).

Dessa forma, é a mais-valia, esse valor excedente (que é apropriado privadamente pelo capitalista) que constitui a fonte da riqueza do capitalista e gera seu lucro. O capitalista, como representante personificado do capital, tem como principal objetivo a extração cada vez maior dessa mais-valia. É nesse sentido que se afirma que o objetivo da produção capitalista não é a satisfação das necessidades humanas e sim das necessidades do capital.

Sendo assim, a tendência do modo de produção capitalista é a concentração dos meios de produção na mão de poucos indivíduos e a transformação da maior parte da população em trabalhadores, sujeitos a serem explorados.

Desse modo, com o objetivo de potencializar a exploração da força de trabalho, houve um desenvolvimento das forças produtivas¹¹. Em todos os modos de produção anterior a sociedade capitalista nunca evidenciou um desenvolvimento tão rápido e intenso da produção. Esse desenvolvimento é impulsionado pela organização social desse modo de produção. Um dos fatores mais influentes nesse aspecto é a concorrência entre os capitalistas na busca de conquistar espaço no mercado e maximizar seus lucros. Marx (1988) ressalta que na sociedade onde reina o capital a finalidade desse desenvolvimento nunca foi aliviar a labuta diária de algum ser humano e acrescenta:

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção da mais-valia (p. 05).

Sendo assim, segundo Netto e Braz (2011), com o desenvolvimento das forças produtivas cresce o incremento de capital constante nas fábricas em relação ao capital variável, fazendo com que o capitalista consiga produzir mais produtos com menos tempo e trabalhadores. Assim, o capitalista que, primeiro aplica uma inovação em sua produção, aumentando a sua produtividade, barateia o valor de suas mercadorias produzindo-as abaixo do tempo médio socialmente necessário e, maximiza seus lucros.

No entanto, essa maximização é temporária, pois, a tendência é que essa inovação se generalize e assim, os demais capitalistas também a insiram em seus processos produtivos, nivelando novamente as taxas de lucro entre eles. Portanto,

¹¹De acordo com Marx (1983, p. 48) "A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais".

De fato, a dinâmica capitalista – entendida como o movimento total do capital, e não apenas suas expressões particulares – engendra uma tendência ao nivelamento das taxas de lucro. Daí que se tenha uma taxa média de lucro, que não resulta apenas da exploração a que cada capitalista particular submete os trabalhadores que subordina e que proporciona por algum tempo um lucro similar a capitais de mesmo volume investidos em diferentes ramos da produção (Netto; Braz 2011, p. 157).

Contudo, o que pretendemos frisar é que o movimento e as necessidades próprias do capital é o que determina a produção dos bens e riquezas nesta sociedade. Dessa forma, uma inovação tecnológica, instrumental ou científica na produção, que poderia promover a melhoria nas condições de vida humana em geral, nesta sociedade promove a miséria, a pobreza e o desemprego. Marx (1988, p. 46) em sua análise sobre a maquinaria e a grande indústria elucidou alguns aspectos sobre esta questão:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. [...] A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora da circulação (grifo nosso).

Esse desenvolvimento gera a introdução de inovações na produção que promovem a diminuição do emprego de capital variável e com isso cria constantemente uma massa de desempregados. Além disso, Marx (1988) aponta que esse movimento também gera a queda do preço da força de trabalho, ou seja, o rebaixamento dos salários daqueles que continuam empregados.

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, [...] inunda por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. [...] Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos (p. 46, grifo nosso).

Contudo, ao compreender o problema do desemprego como originário da própria organização produtiva do capital, percebe-se que ele não ocorre simplesmente pela falta de qualificação ou competência profissional dos trabalhadores, como afirma o Relatório Delors. Pois, não importa quão qualificado sejam os trabalhadores, eles se tornarão supérfluos à medida que a classe de capitalistas encontre meios de aumentar a produtividade empregando menos trabalhadores.

É importante salientar que isto não ocorre devido a defeitos morais e éticos da classe dominante, isso é uma decorrência das leis sociais de funcionamento do capital, às quais os capitalistas têm de se submeter se quiserem sobreviver como capitalistas nessa ordem social.

Dados sobre a taxa de desemprego e a qualificação profissional

Comumente, pesquisas científicas e o senso comum, justificam o fenômeno do desemprego como um reflexo da falta de qualificação profissional dos trabalhadores ou afirmam que a renda familiar aumentou e, por isso, não há necessidade de todos trabalharem. Porém, como apresentado acima, o desemprego faz parte dessa sociedade.

Por isso, a mais elevada qualificação profissional não garante um emprego aos indivíduos, ou seja, mesmo que todos tivesse uma ótima qualificação não haveria pleno emprego. No entanto, não estamos afirmando que a qualificação é desnecessária, e sim que ela é determinante apenas em poucos setores da produção e não para a massa de trabalhadores (principalmente o chamado “chão de fábrica”). Com isso, a relação entre desemprego e qualificação profissional será o tema apresentado a seguir.

Em tempos de crise, seja ela localizada ou em vários setores, as empresas são obrigadas a realizar reajustes para manterem-se ativas. Em regra, as medidas tomadas estão voltadas para o acirramento das más condições da classe trabalhadora, perda de direitos trabalhistas, queda dos salários e, obviamente, a demissão de empregados. As crises interferem diretamente na economia local e, também, podem ser de nível global.

Para compreender melhor estas questões no Brasil

apresentaremos a seguir alguns dados sobre desemprego e qualificação profissional. Segundo Kafruni (2015), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil praticamente estagnou e a expectativa é de que haja uma retração de 1,5% no mercado. Além disso, a autora afirma que as pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2015 são unânimes ao apresentar um aumento na taxa de desemprego, sendo esta ainda mais acentuada para jovens e mulheres; afirma também, que o desemprego pode atingir 1,2 milhões de pessoas até o fim do ano.

Nesse sentido, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)¹² considera empregado, independente de possuir ou não registro em carteira de trabalho, “[...] aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.)” (IBGE, s.d., s.p.). E classifica como desocupadas “[...] aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva [...]” (Ibid).

Quadro 1: Taxa de desocupação e do rendimento real habitual nos trimestres de mar-abr-mai 2015, dez-jan-fev 2015 e mar-abr-mai 2014.

Indicador / Período	mar-abr-mai 2015	dez-jan-fev 2015	mar-abr-mai 2014
Taxa de desocupação	8,1%	7,4%	7,0%
Rendimento real habitual	R\$ 1,863	R\$ 1,877	R\$ 1,870
Variação do rendimento real habitual em relação a:		-0,7%	-0,4%

Fonte: IBGE, pesquisa trienal de desemprego.

¹²O IBGE é uma fundação pública da administração federal brasileira que atua em vinte e seis unidades estaduais. A instituição disponibiliza dados estatísticos e geográficos coletados em várias regiões do país, realizando censos e organizando as informações.

No mês de junho do ano 2015, o referido Instituto publicou dados onde expressa que a taxa de desocupação do triênio finalizado em maio do mesmo ano, apresentava um aumento expressivo em relação ao mesmo triênio no ano de 2014 e também supera o trimestre finalizado em fevereiro de 2015. Isso indica que elevou a pressão sobre o mercado de trabalho, pois, aumentou o desemprego de forma geral e a taxa de desocupação associada a diminuição do número de registro na carteira de trabalho. A seguir, a reprodução dos dados apresentados pelo IBGE:

No trimestre móvel dos meses de março, abril e maio de 2015 o número de pessoas à procura de um emprego aumentou em 1,6%, atingindo o total de 100,261 milhões, em contrapartida, o mercado de trabalho não ofertou vagas (TAXA, 2005).

Na sequência, afirma-se que comparado ao ano de 2014, houve uma redução no número de carteiras assinadas no setor privado; cerca de 35,964 milhões de pessoas que tinham emprego registrado foram demitidas (queda de 1,9%). Este fato está diretamente relacionado às demissões nas empresas. Além disso, ao mesmo tempo, houve uma diminuição (3%) no número de empregados sem carteira (310 mil pessoas). Em contrapartida o número de trabalhadores autônomos aumentou 4,4%, atingindo mais de 934 mil trabalhadores (TAXA, 2005).

Segundo, Passarinho (2015) apesar do desemprego estar presente praticamente em todos os setores da economia, os mais atingidos são o ramo da construção civil, da agricultura, da indústria, metalúrgicas, mineradoras, o setor automotivo e o de serviços.

Para Caoli e Cavallini (2015) e Bôas (2015) de modo geral, o desemprego atinge todas as idades, mas a faixa etária que mais sofre com o desemprego é a jovem. Pois, pessoas com 18 a 24 anos, consideradas ativas encontram atualmente mais dificuldades para ocupar uma vaga de emprego. Segundo, Adriana Araújo Beringuy, técnica do IBGE, a taxa de desocupação desse grupo era de 12,3% em maio de 2014, já, no mesmo período de 2015 esses números subiram para 16,4%. Em uma entrevista, a técnica afirma que: "A geração de ocupação não está suficientemente grande para absorver o crescimento da população em idade ativa" (CAOLI; CAVALLINI, 2015, s.p.).

Soma-se a isso, o fato de que as empresas estão substituindo os salários mais altos por salários mais baixos, afirma o economista Rodrigo Leandro de Moura, professor e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Com isso, a renda familiar diminui significativamente, criando a necessidade de que todos os membros contribuam com a renda familiar para garantir, assim, a manutenção de suas vidas (CAOLI; CAVALLINI, 2015).

Em contrapartida, observa-se que a taxa de qualificação profissional dos jovens mais atingidos pelo desemprego têm aumentado. Segundo Silva e Papp (2015), o número de jovens que se formam anualmente nas universidades brasileiras saltou de 528 mil para 830 mil. Isso se deve, em parte, pela facilidade de acesso ao ensino superior por meio de programas de financiamento do governo nacional.

No entanto, mesmo com uma melhor qualificação profissional, quando se compara o mesmo período do ano 2014 ao primeiro trimestre de 2015, observa-se que houve um aumento de 21,2% no número de brasileiros desocupados com diploma de curso superior. Elevou-se, também o número de pessoas desocupadas que possuem onze anos ou mais de estudo, saltando de 265,9 mil para 340,4 mil (SILVA; PAPP, 2015).

O próprio Delors (1996, p. 73), assume que não há emprego para todos diplomados, quando afirma que: "A Somália forma cerca de cinco vezes mais diplomados universitários do que os que pode empregar. Na Costa do Marfim a taxa de desemprego de diplomados atinge 50%", soma-se a isso, o problema denominado pela comissão de "A fuga de cérebros para os países ricos" onde imigrantes assume postos de emprego dos trabalhadores locais.

Sendo assim, a formação superior desses jovens não lhes garante a empregabilidade, como é apresentado a seguir pelo economista Rodrigo Leandro de Moura, "[...] o jovem é a única faixa etária que tem um contrato de trabalho mais flexível que os demais. Na hora de desligar, a empresa não incorre em custos demissionais; portanto é mais barato" (SILVA; PAPP, 2015, s.p.).

Os dados apresentados demonstram que no Brasil, houve um aumento significativo no número de pessoas qualificadas e com ensino superior, ao mesmo tempo em que a taxa de desocupação/desemprego cresceu majoritariamente. Portanto, o fato de ter qualificação para assumir um posto de trabalho, não é garantia de emprego.

Com isso, verifica-se que a qualificação não é sinônima de empregabilidade, pois, o desemprego é um problema estrutural e não depende da formação dos indivíduos para o trabalho. Vale ressaltar que a especialização/qualificação não é dispensável a todos os setores, pois, existe uma pequena parcela que necessita de um alto grau de conhecimento. Ao contrário do que se afirma no Relatório Delors (1998, p. 143), onde,

Em matéria de qualificação as exigências são cada vez maiores. Na indústria e na agricultura a pressão das modernas tecnologias dá vantagem aos que são capazes de as compreender e dominar. Os empregadores exigem cada vez mais ao seu pessoal a capacidade de resolver novos problemas e de tomar iniciativas (grifo nosso).

Desse modo, a afirmação da necessidade de qualificação profissional para inserção no campo de trabalho para a maioria dos trabalhadores é falsa, pois não se aplica a realidade. Já vimos que, com o advento da maquinaria passou a ser exigido cada vez menos das qualidades profissionais e técnicas do trabalhador por conta da simplificação das tarefas. Na maior parte das atividades, o trabalhador realiza uma ação simples e repetitiva que pode ser aprendida em pouco tempo.

De acordo com Marx (1988), apenas uma parcela da população necessita de uma formação mais elaborada/complexa, e, trata-se de uma parcela muito pequena quando comparada a enorme quantidade de trabalhadores que se ocupam com as tarefas mais simples, seja na indústria ou em outros setores. Sobre isso, Marx (1988, p. 40) adverte:

À medida que na fábrica automática ressurgem a divisão de trabalho, ela é, antes de tudo, distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas e de massa de trabalhadores, que no entanto não formam grupos articulados, entre os diversos departamentos da fábrica, onde trabalham em máquinas-ferramentas da mesma espécie,

enfileiradas umas ao lado das outras, ocorrendo, portanto, apenas cooperação simples entre eles. [...] Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. Essa divisão é puramente técnica (grifo nosso).

Em seguida Marx (1988) aponta que devido a simplicidade das atividades do trabalho não é necessário muito tempo para a formação destes trabalhadores e, com isso, eles se tornam facilmente substituíveis:

Finalmente, a velocidade com que o trabalho na máquina é apreendido na juventude elimina igualmente a necessidade de preparar uma classe especial de trabalhadores exclusivamente para o trabalho em máquinas. Mas os serviços dos meros ajudantes são substituíveis na fábrica em parte por máquinas, em parte possibilitam, por causa de sua total simplicidade, troca rápida e constante das pessoas submetidas à essa labuta (idem, p. 40-41, grifo nosso).

As considerações de Marx nestes excertos foram feitas sob a análise do capitalismo no século XIX, porém, ao observar os dados fica evidente que este processo iniciado a dois séculos atrás apenas tem se intensificado. Não somente por isso essa discussão é atual, mas também porque autores marxistas contemporâneos, analisando o capitalismo no século XXI, continuam comprovando a continuação e evolução das leis de funcionamento do capitalismo descobertas por Marx.

Contudo, o Relatório Delors, mesmo citando em alguns momentos a necessidade de uma preparação profissional dos trabalhadores que vão atuar no mercado de trabalho, aponta que o termo qualificação profissional tornou-se obsoleto e ultrapassado e que é mais bem representado atualmente pelo conceito de competências. Tal documento trata daquilo que denomina “coquetel individual”, que são competências pessoais exigidas aos trabalhadores, que também englobam as questões de formação profissional¹³. Ao observar os itens desse coquetel, percebemos a importância que é dada à formação moral dos trabalhadores que, na verdade, tem por finalidade, a conformação destes às exigências do capital. Vejamos o que diz o Relatório Jacques Delors (1998, p. 94):

[...] Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, a seu ver, à idéia de competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco (grifo nosso).

Neste trecho fica evidente a ênfase ao preparo individual para assumir um posto de trabalho. Percebemos também que, além da qualificação profissional relacionada à efetivação de uma atividade, o Relatório Delors também aponta algumas preocupações voltadas à formação moral do sujeito. Essa formação que está para além da aprendizagem de um ofício de trabalho deve ser desenvolvida pela educação ao longo de toda a vida. Com isso, se evidencia, ainda mais, a responsabilidade do sujeito se preparar para as relações de trabalho e de garantir sua empregabilidade. Por isso, o relatório destaca que é preciso ser flexível e adaptar-se ao mundo em transformação.

Considerações finais

Com este estudo verificamos limites na compreensão de qualificação e desemprego no Relatório Delors. Observamos que este entendimento não é algo acidental nem fruto da falta de conhecimentos sobre a questão¹⁴. Trata-se de algo intencional, pois, ao optar pela conservação e manutenção deste sistema econômico acredita-se que ele pode ser um sistema aperfeiçoável. O desemprego recebe atenção não só do relatório Delors, mas

¹³ Associada a essa ideia está a concepção de meritocracia, em que aqueles que conseguem um emprego são merecedores porque se esforçaram e se dedicaram mais que aqueles que não conseguiram e assim o problemado desemprego se volta para a responsabilização do indivíduo, como se houve vaga para todos.

¹⁴ Este entendimento está baseado, dentre outras coisas, na teoria do capital humano (defendida por Gary Becker e outros teóricos) que influenciou fortemente o Relatório Delors e que foi mencionada por ele. Essa teoria defende a ideia de que uma formação educacional potencializa o capital humano dos indivíduos, proporcionando-os mais capacidade de competir e garantir um emprego no mercado de trabalho. Por isso, para Delors (1996) investir em capital humano (educação) é a saída para o desemprego.

também da maior parte das políticas internacionais, porque ele é um problema que causa desgastes (físicos e psicológicos) nos sujeitos, ameaçando a coesão social e a organicidade do capital.

Diante dos dados apresentados, podemos concluir que é um equívoco compreender que a qualificação profissional é a chave ou o caminho para se alcançar o emprego. Como pudemos observar o momento determinante, que influencia as taxas de empregabilidade, não está nas qualidades profissionais do sujeito (que hoje estão mais relacionadas às competências sociais e emocionais do que o conhecimento sobre um ofício) e sim no movimento de produção e reprodução do capital.

Ao afirmar que o desemprego é gerado pela falta de qualificação profissional, perde-se de vista a raiz sistêmica do problema e passa-se, assim, a responsabilizar o indivíduo por não estar inserido no mercado de trabalho. De modo geral, enquanto produzirmos a vida sobre as bases do capital o desemprego existirá. Por fim, destacamos que esta temática é de extrema importância e que é preciso discuti-la com base no seu determinante econômico

Referências Bibliográficas

BÔAS, B. V. Desemprego nas metrópoles sobe em maio e vai a maior patamar em 5 anos. Folha de S. Paulo, Economia, mercado, São Paulo, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1647560-taxa-de-desemprego-das-regioes-metropolitanas-e-a-maior-para-maio-desde-2010.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

CAOLI, C. ; CAVALLINI, M. Desemprego sobe e tem maior taxa para maio desde 2010, diz IBGE. G1, Economia, Rio de Janeiro e São Paulo, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/desemprego-sobe-para-67-em-maio-diz-ibge.html>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

COSTA, R. Cresce o número de desempregados com diploma de curso superior no Brasil. Correio Brasiliense, Brasília, 07 jun. 2015. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2015/06/07/internas_economia,485744/cresce-o-numero-de-desempregados-com-diploma-de-curso-superior-no-bras.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2015.

DELORS, J. (org.). Educação: Um Tesouro a Descobrir. São Paulo:

Cortez/Brasília: MEG: UNESCO, 1998.

FAUSTINO, R. C.; CARVALHO, E. J. G. Política Educacional Nos Anos de 1990 e Minorias Étnicas: o projeto da diversidade. *Revista Teoria e Prática da Educação*, vol. 17, nº 1, p. 37-52, jan/abr, 2014.

FUNES, C.; GONZÁLEZ, J. L. C. Políticas para o Trabalho do Professor: uma análise do Relatório Delors. *Revista História, Sociedade e Educação no Brasil – HITEDBR*. Campinas – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). [s.d].

IBGE. Censo demográfico 2010. Pesquisa trienal de desemprego, PNAD Contínua: desocupação vai a 8,1% no trimestre encerrado em maio de 2015. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2935&busca=1&t=pnad-continua-desocupacao-vai-8-1-trimestre-encerrado-maio-2015>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. Pesquisa mensal de emprego (antiga metodologia). s.d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm> >. Acesso em: 22 jul. 2015.

KAFRUNI, S. Demissões podem chegar a 1,2 milhão até o fim do ano; jovens e mulheres são mais afetados. *Em.com.br*, Belo Horizonte, 30 mar. 2015. Economia. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/03/30/internas_economia,632555/ddemissao-podem-chegar-a-1-2-milhoes-ate-o-fim-do-ano-jovens-e-mulher.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2015.

MARTINS, A. S. *Burguesia e a Nova Sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I (o processo de produção do capital). São Paulo: Abril Cultural. Vol. I. 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II (o processo de produção do capital). 3 ed. São Paulo: Nova Cultural. Vol. I. 1988.

NETTO, J. P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.